ORÇAMENTO CIDADÃO 2019 (8ª Edição)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

Ministério da Economia e Finanças

Endereço: Av. Ahmed Sekou Touré

Telefone: 21 4900006/7 Site: www.dno.gov.mz

INTRODUÇÃO

Visão

 Estimular a transparência e participação do Cidadão em todas as fases do processo de planificação e orçamentação (elaboração, aprovação execução e controlo).

Missão

 Informar ao Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado.

Notas Introdutórias:

- No início de cada mandato, o Governo elabora o seu Programa Quinquenal do Governo (PQG), um documento orientador que define os principais objectivos de desenvolvimento económico e social do País, procurando soluções para os problemas que entravam a melhoria dos índices de desenvolvimento, nos diferentes campos, como a Educação, Saúde, Água e Saneamento, Infraestruturas (Estradas, Água e Electricidade), Transportes e Comunicação e Agricultura.
- As acções definidas no PQG são traduzidas anualmente através do Plano Economico e Social (PES) e expressas financeiramente através do Orçamento do Estado (OE).

Caro Cidadão,

O **Orçamento Cidadão** é um instrumento que tem como finalidade apresentar de uma forma resumida as principais linhas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado, com uma linguagem clara, acessível, para que todo o cidadão possa entender o conteúdo. Tem como principal objectivo explicar ao público em geral o que tem sido feito com as contribuições e impostos que são arrecadados.

É neste contexto, que o Ministério da Economia e Finanças (MEF), com o apoio de parceiros, apresenta a 8ª Edição do Boletim – **ORÇAMENTO** CIDADÃO 2019.

O Ministério da Economia e Finanças sempre estará disponível a novas sugestões e comentários, contribuindo desta forma para a melhoria deste instrumento.

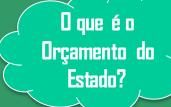
CICLO DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

ETAPAS DE ELABORAÇÃO

- •Elaboração do CFMP (Novembro do ano N-2 à Maio do ano N-1)
- •Comunicação de Limites e envio de Orientações para a Elaboração do PES e OE para o ano N. (31 de Maio)
- •Elaboração das propostas do PES Sectorial /Provincial para o ano N+1. (Junho e Julho)
- •Harmonização das propostas do PES /OE Nacional. (31 de Julho)
 - •Apreciação das propostas do PES/OE pelo Conselho de Ministros. (Até 15 de Setembro)
 - Submissão das propostas do PES/OE para Assembleia da República.
 (30 de Setembro)
 - •Aprovação do PES/OE pela AR. (Até 15 de Dezembro)

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

É um instrumento de programação e de gestão da actividade económica e social, que orienta a acção governativa, no processo da materialização das Prioridades do Programa Quinquenal do Governo .





O Orçamento do Estado é um documento onde são previstas as receitas a arrecadar e fixadas as despesas do Estado, propostas pelo Governo e autorizadas pela Assembleia da República, num período de um ano.

POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2019

POLÍTICA ORÇAMENTAL

A Política Orçamental consiste na implementação de um conjunto de medidas que tem como finalidade garantir a sustentabilidade do Orçamento e reduzir a sua vulnerabilidade aos riscos fiscais. Para o ano de 2019, a Política continuará assente com o objectivo de consolidação fiscal, iniciada em 2016, direccionada em quatro vertentes:

1. Melhoria nas fontes de arrecadação das receitas internas

4. Autonomia faseada do fundo de pensões dos funcionário do Estado

3. Reforma do sector empresarial do Estado

MEDIDAS PARA A MELHORIA DAS FONTES DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS INTERNAS

Revisão dos Regimes Específicos de Tributação e Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas e da Actividade Mineira;

Prosseguimento da implementação da selagem de bebidas e tabaco manufacturado; e

Prosseguimento da implementação da tarifa para fazer face ao Serviço de Marcação de Combustíveis.

POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2019

RACIONALIZAÇÃO MEDIDAS PARA DESPESA PUBLICA DA

Priorizar a mobilidade de pessoal na Administração Pública:

Garantir admissões somente para os sectores da Saúde, Educação e Agricultura (extensionista);

Para os demais sectores assegurar que para 3 vagas ocorra apenas 1 admissão;

Limitação das despesas com combustíveis, comunicações e viagens;

Limitação de projectos de apoio Institucional;

Prosseguimento da gestão rigorosa da dívida pública.

COMO SE MEDE O PIB?



O Produto Interno Bruto (PIB), que mede a produção de bens e serviços da economia nacional, num determinado período, pode ser calculado pela soma da Procura Interna (Consumo Privado, Consumo Público e Investimento) e da Procura Externa Líquida (Exportações menos Importações).

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Taxa de Crescimento Real da Economia (PIB): 4,7%

Taxa de Inflação 6,5%

RIL (Meses de Cobertura de Média Anual: Importações):

Exportações (Em Milhões de USD): 5.160.0

Importaçõe s (Em Milhões de USD): 5.453,0

- Algumas variáveis são suportadas pela conjuntura internacional o que influenciará decisivamente o comportamento da economia nacional.
- O Governo toma em consideração a sua evolução esperada para 2019 no cálculo das previsões do OE.

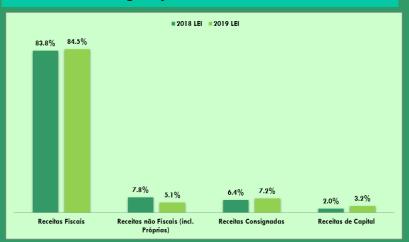
RECEITAS DO ESTADO

O Estado prevê arrecadar receitas no valor total de 244.227,9 milhões de MT, das quais, 236.322,7 milhões de MT correspondem às Receitas Correntes e 7.905,3 milhões de MT, às Receitas de Capital. As Receitas do Estado equivalem a 23,9% do Produto Interno Bruto (PIB), um acréscimo de 1,4 pontos percentuais, em relação ao previsto para 2018, resultante da implementação de medidas que visam a melhoria de arrecadação de receitas internas.

MAIS VALIAS

Das Mais Valias, que são receitas extraordinárias arrecadadas no ano de 2017, o Governo prevê usar o valor de 5.274,0 milhões de MT, resultantes da transacção da concessão da área 4 de exploração do gás natural, na Bacia do Rovuma, entre as Empresas ENI e Exxon Mobil, para projectos de investimento público, nas áreas de construção e reabilitação de estradas, abastecimento de água potável, e construção de infraestruturas de saúde.

Gráfico 1. Composição da Receita do Estado



As Receitas Fiscais (Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e Imposto sobre o Valor Acrescentado) são as que representam a maior parte da Receita do Estado. Para o ano de 2019, está previsto o montante de 206.355,9 milhões de MT, correspondente a 20,2% do PIB e 84,5% da Receita do Estado, um acréscimo de 0,7 pontos percentuais, comparativamente com a Lei de 2018. Em seguida, encontram-se as Receitas Consignadas, as Receitas Não Fiscais (incluindo as Próprias) e as Receitas de Capital, respectivamente, com 7,2%, 5,1% e 3,2% da Receita do Estado.

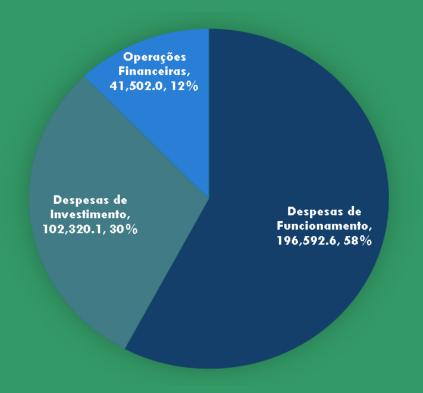
7,2%, 5,1% e 3,2% da Receita do Estado. Orçamento Cidadão 2019

DESPESAS DO ESTADO



Para o ano de 2019, a Despesa Total fixar-se-á em cerca de 340.414,7 milhões de MT, equivalente a 33,3% do PIB, um acréscimo de 2,8 pontos percentuais, em relação ao previsto em 2018.

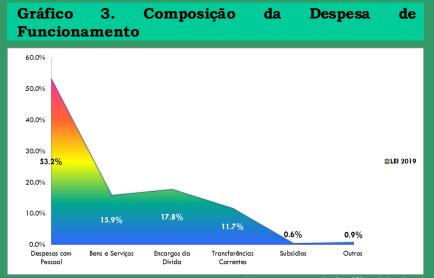
Gráfico 2. Composição da Despesa do Estado (Em % da Despesa Total).



As Despesas de Funcionamento continuarão a ocupar uma maior parte da Despesa do Estado, com 57,8% da Despesa Total, estando em seguida as Despesas de Investimento com 30,1%, e as Operações Financeiras, com 12,2%.

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

A previsão para o ano de 2019 para as Despesas de Funcionamento é de 196.592,6 milhões de MT, correspondente a 19,3% do PIB, um acréscimo de 0,7 pontos percentuais, quando comparado com o orçado em 2018. Estas despesas cobrem o funcionamento das instituições públicas, os encargos da dívida, os programas de protecção social, entre outros.



Orçamento Cidadão 2019

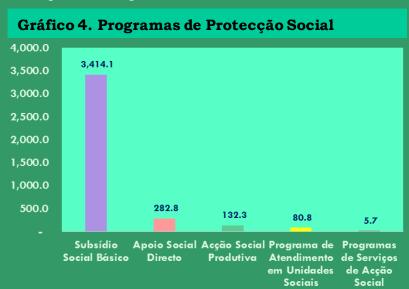
Como se pode depreender do Gráfico 3. (Despesas de Funcionamento), as Despesas com Pessoal continuarão a absorver a maior parte das Despesas de Funcionamento, com 53,2%, estando em segundo lugar, os Encargos da Dívida com 17,8% e em terceiro, as Despesas com Bens e Serviços, com 15,9%.

É de referir que, tanto os Encargos da Dívida como a Despesa com Bens e Serviços, tiveram um incremento de 0,1 pontos percentuais face ao previsto em 2018, dada a necessidade em honrar com os compromissos da Dívida Pública e garantir o pleno funcionamento da Administração Pública, com acções como aquisição e distribuição de medicamentos e equipamento médicocirúrgico e hospitalar.

DESPESA NA ÁREA DE PROTECÇÃO SOCIAL

No ano de 2018, foram revistos os Programas de Assistência Social, segundo o Decreto N°47/2018 de 06 de Agosto, resultando na criação de dois programas, nomeadamente o Programa de Serviços de Acção Social (ProSAS) e o Programa de Atendimento em Unidades Sociais (PAUS), em substituição do Programa de Serviços Sociais de Acção Social, como forma de envolver um maior número de pessoas da camada mais vulnerável.

A previsão dos Programas de Protecção Social para o ano de 2019 é de 3.915,8 milhões de MT, contra 3.665,8 milhões de MT da Lei 2018 e irão abranger cerca de 609.405 beneficiários, o que significa um incremento de 7,4%, quando comparado com o ano de 2018.



SUBSÍDIOS

Os Subsídios fixar-se-ão em cerca de 1.100,9 milhões de MT, equivalente a 0,1% do PIB e um aumento de 49,7%, comparativamente com o previsto em 2018. Este montante será canalizado para às empresas públicas que pelas suas atribuições procedem objectivos sociais.

DESPESAS DE INVESTIMENTO

As Despesas de Investimento irão atingir cerca de 102.320,1 milhões de MT, o equivalente a 10,0% do PIB, o que significa um aumento de 1,8 pontos percentuais, quando comparado com o ano de 2018.

Do montante para as Despesas de Investimento, 40.017,9 milhões de MT são correspondentes a Componente Interna e 62.302,1 milhões de MT a Componente Externa.



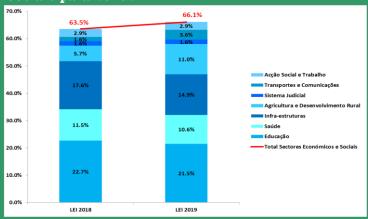
Tabela 3. Amostra de Projectos de Investimento

ACÇÃO	DESPESAS DE INVESTIMENTO
	Em Milhões de M1
EDUCAÇÃO	6,933.9
AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE CARTEIRAS ESCOLARES	1,303.9
CONSTRUCAO DE SALAS DE AULAS	714.5
LIVRO ESCOLAR	1,121.1
REABILITACAO E CONSTRUCAO DE ESCOLAS SECUNDARIAS	63.6
RECUPERACAO RESILIENTE DE INFRASTRUTURAS ESCOLARES	179.4
SAÚDE	5,900.3
REABILITACAO E REQUALIFICACAO DO BLOCO DE FISIOTERAPIA DO HOSPITAL GERAL JOSE MACAMO	10.5
DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL III	99.6
DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL II	335.9
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE AO HIV/SIDA - FG	141.4
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A TURBECULOSE FG	107.4
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A MALARIA - FG	51.6
INFRAESTRUTURAS (Estradas, Águas e Obras Públicas)	34,930.1
REABILITACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA VILA DO IBO	10.6
CONSTRUCAO DE 15 FUROS NOS DISTRITOS DE MACHAZE (5)E GONDOLA (10)	11.4
REABILITAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA CIDADE DE CHIBUTO	42.7
REABILITACAO E EXPANSAO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA URBANA	836.3
REABILITCAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA VILA DE ALTO MOLO	C 113.3
REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE MASSAGE	57.6
REABILITACAO DA BARRAGEM DE MASSINGIR - EMPRESTIMO DE EMERGENCIA	5,740.3
CONSTRUCAO DE 13 PONTES NA ZAMBEZIA E NIASSA	395.4
REABILITACAO DA ESTRADA NACIONAL N1: INCHOPE CAIA	1,096.5
REABILITACAO DA ESTRADA NACIONAL N1: CHIMUARRA-NICOADALA	0.1
AGRICULTURA E PESCA FOMENTO DA CULTURA DO CAJU	24,386.5 55.4
PRODUCAO DE MUDAS	97.6
REABILITACAO/CONSTRUCAO DE REGADIOS	14.4
CONSTRUCAO DE REGADIOS CONSTRUCAO DE INFRAESTRUTURAS AGRARIAS	20.8
COMBATE AO AMARELAMENTO LETAL DO COQUEIRO	8.5
DESENVOLVIMENTO DA PESCA E AQUACULTURA COMERCIAL	3.2
PROJECTO DE PROMOCAO DE PESCA ARTESANAL	253.1
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA	2.8
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	2.218.1
PROSSEGUIR COM A ELECTRIFICACAO RURAL COM PRIORIDADE PARA AS SEDES DOS	
POSTOS ADM INISTRATIVOS E LOCALIDADES	21.9
ELECRIFICACAO DOS CAMPOS DE PRODUCAO	22.2
PROJECTO DE ELECTRIFICACAO DOS POSTOS ADMINISTRATIVOS E LOCALIDADES	90.6
EXPANCAO DA REDE ELECTRICA MANHICA E MARRACUENE	8.0
ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA.	869.0
ELECTRIFICACAO DO POVOADO DE CANCUNE-CHANGARA	1.0
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	7,987.8
MANUTENCAO DE CANAIS E AJUDAS A NAVEGACAO	227.8
REABILITACAO E EXPANSAO DO PORTO DE NACALA	5,501.5
CONSTRUCAO E REABILITACAO DAS INFRAESTRUTURAS DE ACOSTAGEM DE	5.0
MOCAMBIQUE	
AQUISICAO DE MEIOS DE TRANSPORTES	395.3
CONSTRUCAO DO AEROPORTO DE GAZA	913.5

DESPESA NOS SECTORES ECONÓMICOS E SOCIAIS

O Governo tem como um dos objectivos principais, melhorar os serviços sociais que contribuem para o bem estar da população. Para o ano de 2019, estão previstos cerca de 66,1% da Despesa Total, excluindo Operações Financeiras e Encargos da Dívida, para os sectores económicos e sociais, equivalente a 174.470,1 milhões de MT e a um incremento de 18,3% em termos nominais, em relação ao previsto para 2018.

Gráfico 5. Despesa nos Sectores Económicos e Sociais para 2019.



Os sectores que irão absorver maior volume de recursos são Educação, com 21,5%, Infra-Estruturas 14,9% e, Agricultura e Desenvolvimento Rural, com 11,0% da Despesa Total, excluindo as Operações Financeiras e Encargos da Dívida.

AFECTAÇÃO TERRITORIAL DA DESPESA

O Governo continuará a garantir um incremento no volume de recursos para o nível local (Provincial, Distrital e Autárquico), no montante de 93.332,2 milhões, equivalente a 35,4% da Despesa Total, excluindo as Operações Financeiras e os Encargos da Dívida, o que representa um incremento de 0,1 pontos percentuais, comparativamente com o previsto em 2018, prosseguindo deste modo com o processo de descentralização.

Para o nível Central, está previsto o montante de 170.580,5 milhões de MT, o que representa 64,6% da Despesa Total, uma redução de 0,1 pontos percentuais, relativamente ao ano de 2018.

As Provincias de Zambézia e de Nampula, são as que irão necessitar de um maior volume de recursos, dada a sua elevada densidade populacional e maior extensão territorial.

Importa salientar que para o Fundo de Compensação Autárquico (FCA) e o Fundo de Investimento Autárquico (FIA), estão previstos os montantes de 3.095,3 e 1.687,7 milhões de MT, respectivamente, para o ano de 2019.

Orçamento Cidadão 2019

TRANSFÊNCIAS ÀS COMUNIDADES



TRANSFERÊNCIAS DE RECEITAS DE EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA E MINEIRA

Segundo os artigos 20 da Lei n.º20/2014 e 48 da Lei n.º21/2014, ambas de 18 de Agosto, está prevista a canalização de 2,75% das Receitas provenientes da actividade de exploração petrolífera e mineira às Comunidades aonde estão localizados os respectivos empreendimentos, de modo a proporcionar o bem-estar destas populações.

Dentro deste contexto, para o ano de 2019, está prevista a transferência de 83,4 milhões de MT para as Comunidades, um acréscimo de 53,1 milhões de MT, quando comparado com o ano de 2018.

Tabela 1. Previsão das Transferência às Comunidades.

Província	Distrito	Localidade	Actividade Mineira	2017 CGE	2018 LEI	2019 LEI
				Em Milhões de MT		
Cabo Delgado	Montepuez	Nyamanhumbir	Rubis	6.1	12.5	22.9
Nampula	Larde	Topuito	Areas Pesadas	2.2	4.1	4.8
Tete		Cateme	Carvão Mineral	1.9	2.3	13.7
	Moatize	25 de Junho	Carvão Mineral	1.9	2.3	13.7
		Chipanga II	Carvão Mineral	1.9	2.3	13.7
		Benga	Carvão Mineral	0.6	0.4	3.1
		Marara	Carvão Mineral	0.0	0.0	3.5
Zambezia	Chinde	Mitange	Areas Pesadas	0.0	0.8	1.4
Manica	Manica	Penhalonga	Ouro	0.0	0.4	0.6
		Manica		0.0	0.4	0.6
Inhambane	Govuro	Pande	Gás Natural	4.0	1.0	1.1
		Maimalane	Gás Natural	4.0	3.9	4.3
Total				22.8	30.3	83.4

TRANSFERÊNCIA DAS RECEITAS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL E FAUNÍSTICA

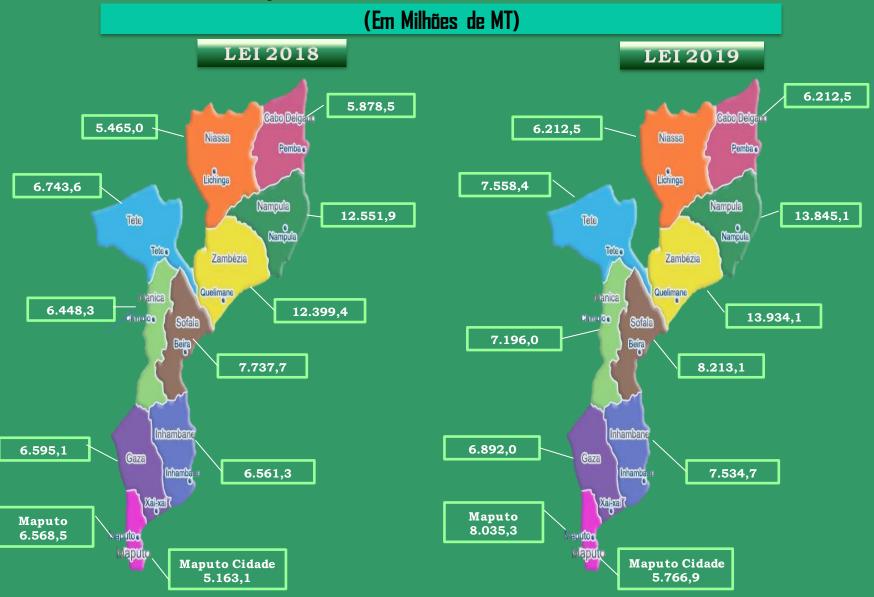
Ainda sobre as transferências de receitas às comunidades, está prevista a taxa de 20% sobre a arrecadação das Receitas de Exploração Florestal e Faunística, em beneficio das comunidades locais onde são extraídos os respectivos recursos, de acordo com a Lei n°10/99 de 07 de Julho – Lei de Florestas e Fauna Bravia.

Sendo assim, a previsão para o ano de 2019 é de 112,9 milhões de MT, onde as Províncias que irão se beneficiar mais são Tete, Sofala e Cabo Delgado, com 40,2, 19,2 e 17,6 milhões de MT, respectivamente.

Tabela 2. Transferência das Receitas de Exploração Florestal e Faunística.

	2018	2019
MAPUTO PROVINCIA	2.2	2.1
ZAMBEZIA	18.0	2.0
CABO DELGADO	9.7	17.6
GAZA	6.3	5.3
INHAMBANE	5.2	9.9
MANICA	8.7	10.1
NAMPULA	5.1	6.6
NIASSA	7.0	0.0
SOFALA	17.3	19.2
TETE	15.3	40.2
TOTAL	94.7	112.9

AFECTAÇÃO TERRITORIAL DA DESPESA



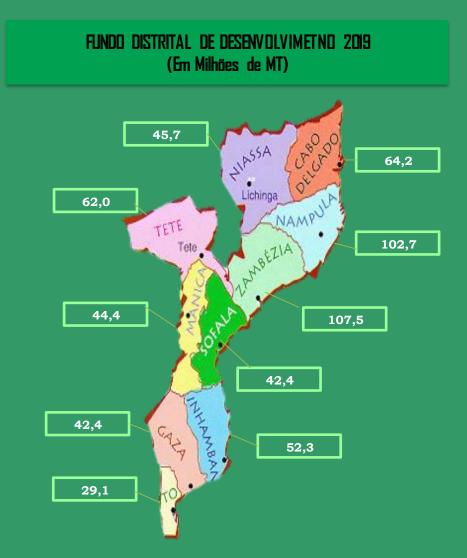
FUNDO DISTRITAL DE DESENVOLVIMETNO

O Fundo de Distrital de Desenvolvimento (F.D.D.) tem como objectivo captar e gerir recursos financeiros, de modo a contribuir para o bem estar das comunidades locais, através da concessão de empréstimos.

Neste âmbito, a previsão para o ano de 2019 é de 592,7 milhões de MT.

A Província de Zambézia absorverá mais recursos, com 107,5 milhões de MT, estando em seguida, Nampula, com 102,7, e Cabo Delgado, com 64,2 milhões de MT.







AMOSTRA DAS ACÇÕES SECTORIAIS

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Orçamento Global: 56.658,4 Milhões de MT

Para o ano de 2019, está previsto um crescimento de 5,0% para o Sector da Educação, justificado pelo aumento dos efectivos escolares em todos os níveis de ensino, investimentos na construção de escolas e salas de aulas em todos os níveis de ensino público e pela distribuição massiva de carteiras escolares com vista a melhorar as condições de ensino e aprendizagem.

INDICADORES SOCIAIS

Relativamente aos indicadores de cobertura, espera-se que em 2019, a taxa líquida de escolarização alcance 93,5% e que sejam distribuídas 225 mil carteiras escolares.

PRINCIPAIS ACÇÕES

- Contratação cerca de 6.213 novos professores, dos quais 6.060 para o Ensino Primário e 153 para o Ensino Secundário;
- Construção de 991 salas de aula;
- Distribuição de 14 milhões de livros; e
- Reabilitação e apetrechamento de 4 instituições do ensino técnico profissional.

SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL

Orçamento Global: 34.908,6 Milhões de MT

Para o Sector da Saúde e Acção Social está previsto um crescimento do PIB de 4,7%, a ser influenciado pelo aumento do atendimento nas consultas externas, nos partos institucionais e nos internamentos, e incremento do número de beneficiários dos programas de protecção social.

INDICADORES SOCIAIS

Espera-se que a taxa de cobertura de partos institucionais atinja 84,0%, que 94,0% de crianças menores de 12 meses sejam completamente vacinadas e 104.229 crianças beneficiem do TARV.

PRINCIPAIS ACÇÕES

- Contratação de 2.126 novos profissionais, dos quais 80
 Médicos, 100 Técnicos de Saúde de Nível Superior e
 1.946 do nível médio;
- Assegurar a assistência de 581.798 novos beneficiários através de Programas de Protecção Social;
- Desenvolvimento das infraestruturas de níveis II e III (Hospitais e Postos de Saúde); e
- Aquisição e distribuição de medicamentos e equipamento médico cirúrgico e hospitalar.

AMOSTRA DAS ACÇÕES SECTORIAIS

INFRAESTRUTURAS Estradas, Água e Electricidade Orçamento Global: 39.246,5 Milhões de MT

Neste sector, espera-se um crescimento de 3,5%, que resultará dos investimentos a serem realizados na construção e reabilitação das infraestruturas públicas e privadas.

ESTRADAS

Dentre várias acções prioritárias neste sector, serve para mencionar as seguintes:

- Reabilitação, construção/asfaltagem de 484 Km de estradas nacionais e regionais, como de Massangulo-Lichinga, Nampula-NaMTil, Inchope Caia e Magige-Etatara-Cuamba;
- Assegurar a manutenção de rotina de 18.000 km de estradas;
- Manutenção periódica de 50 km de estradas nacionais e
- regionais;
- Manutenção de 1.200 km de estradas distritais e municipais; e
- Prosseguir com a construção e reabilitação de 16 Pontes.

ÁGUA

Neste Sector, importar destacar as seguintes acções:

- Construir e Reabilitar 1.730 fontes de água dispersas, sendo 1.025 construídas em Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado, beneficiando cerca de 495.000 famílias nas zonas urbanas;
- Reabilitar e expandir 37 sistemas de abastecimento de água nas cidades, vilas e zonas rurais, beneficiando cerca de 1 milhão de Famílias; e
- Construção de 15 Furos nos Distritos de Machaze (5) e Gondola (10).

ELECTRICIDADE

Para a Electricidade, é de mencionar as acções:

- Continuar a electrificação rural através da Rede Eléctrica
 Nacional (REN) e de Sistemas Solares, de 6 Postos
 Administrativos como Canxixe-Sofala e Alua-Nampula, e
 Bairros como Sambula e Lucheringo;
- Expandir a Rede Eléctrica de Manhiça e Marracuene; e
- Electrificação de Campos De Produção

AMOSTRA DAS ACÇÕES SECTORIAIS

AGRICULTURA

Orçamento Global: 29.130,2 Milhões de MT

As projecções indicam que o sector agrário irá crescer em 5,5%, em 2019, suportado pela previsão do crescimento na produção de cereais, raízes e tubérculos, com 12% e 13% respectivamente, como resultado dos investimentos a serem feitos na continuidade da provisão de sementes melhoradas e assistência técnica aos produtores e actores do sector agrário.

INDICADORES SOCIAIS

Estima-se para 2019, uma área de total de produção com principais culturas alimentares de cerca de 5,8 milhões de hectares, comparativamente a 2018, onde a área total foi de 5,2 milhões de hectares.

PRINCIPAIS ACÇÕES

- Reabilitação/Construção de Regadios;
- Combate ao amarelamento letal do Coqueiro;
- Intensificação da produção de culturas alimentares;
- · Apoio ao desenvolvimento agrário; e
- Construção e Reabilitação de Infraestruturas Agrárias.

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO Orçamento Global: 9.456,9 Milhões de MT

Projecta-se na área de Transportes um crescimento de 2,8%, como resultado de investimentos nos ramos Ferroviário (15,6%), Rodoviário (7,5%), Comunicações (6.8%) e Aéreo (5,6%), justificado pelo seguinte:

PRINCIPAIS ACÇÕES

- · Reforçar a frota de transporte público urbano;
- Disponibilizar 100 novos autocarros e equipar 8 embarcações para busca e salvamento;
- Concluir o processo de Migração do Sistema de Rádio difusão Analógico para o Digital e expandir a rede de Telefonia Móvel para 30 Localidades;
- Incrementar o fluxo de mercadorias em trânsito, com a aquisição de 100 vagões de carga;
- Crescimento do uso de serviços de correios e pela procura, oferta e expansão dos serviços de telefonia móvel; e
- Aumentar o tráfego aéreo doméstico e regional, certificação dos aeroportos e entrada de novos operadores.

Serviço da Dívida

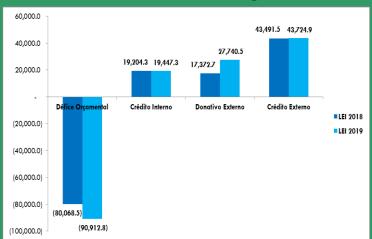
Para o ano de 2019, o pagamento da Dívida será efectuado em torno de 67.012,3 milhões de MT, correspondente a 6,6% do PIB, o que significa um acréscimo de 0,8 pontos percentuais.

Financiamento do Défice Orçamental

O Défice Orçamental em 2019, irá situar-se em 90.912,8 milhões de MT, correspondente a um incremento de 0,8 pontos percentuais do PIB, face ao défice previsto em 2018 em 2018.

Relativamente ao Financiamento do Défice, o Crédito Interno manteve em percentagem do PIB, e o Crédito Externo teve um decréscimo de 0,1 pontos percentuais, quando comparado com o ano de 2018

Gráfico 6. Financiamento do Défice para 2019.



CONCEITOS BÁSICOS

- Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP): é um instrumento de planificação de médio prazo que permite prever as receitas e despesas públicas para esse período.
- Plano Económico Social (PES): é um instrumento de programação e de gestão da actividade económica e social que orienta a acção governativa.
- **Dívida Pública:** são empréstimos contraídos pelo Estado, junto as instituições financeiras públicas ou privadas.
- Receita Pública: é o montante total (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) em dinheiro, arrecadado pelo Tesouro Nacional, incorporado ao património do Estado.
- **Despesa Pública:** é a soma dos gastos realizados pela administração pública.
- **Despesa de Investimento:** São despesas realizadas para a construção e reabilitação de infra-estruturas.
- **Despesas de Funcionamento:** São despesas que asseguram o funcionamento de todas as instituições do Estado.
- **Receitas Próprias:** são receitas públicas provenientes de pagamentos, por outros órgãos e instituições do Estado ou por entidades privadas.
- **Receitas Consignadas:** são receitas públicas provenientes de tributos (impostos e taxas).
- **Subsídios:** é uma ajuda financeira oferecida, com o objectivo de ajudar pessoas ou organizações que passam por certas dificuldades.